

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.740 - SP (2019/0190986-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : A C P
ADVOGADO : PAULO CÉSAR REOLON - SP134608
AGRAVADO : R C T - MENOR IMPÚBERE
REPR. POR : R A T
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM. ANULAÇÃO DA PARTILHA. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282, DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO

DECISÃO

R C T (menor) promoveu contra A C P (genitora do falecido C DE A P), ação de reconhecimento e declaração de paternidade *post mortem* alegando, em síntese, que sua genitora vivia em união estável com C DE A P, que faleceu quando ela estava gestante de 8 (oito) meses.

Requeru pelo reconhecido da paternidade e anulação da partilha de bens de seu pai já falecido.

O pedido foi julgado procedente (e-STJ, fls. 184/188).

Interposta apelação por A C P, a 6ª câmara de direito privado do TJSP negou provimento, em acórdão assim ementado:

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE "POST MORTEM" C.C. ANULAÇÃO DE ARROLAMENTO SUMÁRIO. Procedência. Reconhecimento da paternidade e declaração de nulidade da partilha dos bens do "de cujus". Desnecessidade de ajuizamento de ação específica de anulação. Decorrência lógica. Autor, herdeiro necessário, excluído da partilha. Apuração do respectivo quinhão que deve ocorrer nos autos do arrolamento. Debate que extrapola o limite desta ação. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO (e-STJ, fl. 234).

Os embargos de declaração opostos por A C P foram rejeitados (e-STJ,

Superior Tribunal de Justiça

fls. 260/265).

Inconformada, A C P interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 489, § 1º, IV; 693 e 694 do NCPC, alegando, em síntese, que o TJSP não justificou por qual razão não aplicou a norma dos arts. 693 e 694 do NCPC, objetivando a mediação entre as partes.

Alegou que a anulação da partilha de bens não poderia se dar nos autos da ação de paternidade antes da realização da audiência de mediação.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da seção de direito privado do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegação de ausência de fundamentação do aresto recorrido - art. 489, § 1º, IV do NCPC

Não se verifica a alegada vulneração do art. 489, § 1º, IV do NCPC, porquanto o TJSP apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas na medida necessária para o deslinde da controvérsia, notadamente quanto à declaração de nulidade da partilha.

Não há que se falar em ausência de fundamentação da decisão pelo não acolhimento da tese sustentada pela recorrente, sobretudo se o acórdão abordou todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

(2) Alegação de violação dos arts. 693 e 694 do NCPC

Verifica-se que os referidos dispositivos legais não foram objeto de discussão no acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos de declaração para esta finalidade. Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional. Inafastável assim, por analogia, a incidência da Súmula nº 282 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão*

Superior Tribunal de Justiça

recorrida, a questão federal suscitada.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de A C P, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

